
LÍNGUA PORTUGUESA
TEXTO

O rápido aumento das viagens para o exterior, impulsionado por tarifas aéreas baratas e férias anuais mais longas, estimulou o apetite pelo exótico. Em Bonn, Toronto e outras 50 cidades ocidentais, o número de restaurantes finos cresceu – na França e na Itália já havia vários. O banqueiro e a mulher, o advogado e a família, a diretora da escola e o marido, bem como todas as pessoas do mesmo estrato social, que na década de 1930 entravam em restaurantes somente para festas de casamento, passaram a sair para comer fora com estilo. Os almoços de negócios tornavam-se mais frequentes e mais longos. A moda de comer fora se popularizou graças à prosperidade crescente e às famílias menores, auxiliada também pelo enfraquecimento dos movimentos pela austeridade e abstinência, vigorosos até mesmo durante a década de 1930 em países como Estados Unidos, Canadá, Nova Zelândia e alguns outros. No ápice pela cruzada pela moderação, grupos de protestantes evitavam entrar em restaurantes ou hotéis que servissem refeições, para não verem sobre a mesa a imagem da tentação em forma de uma garrafa de vinho alemão ou francês. No fim do século, essa mudança profunda na maneira de as pessoas cozinhareem e comerem, bem como em outros aspectos do dia a dia, encontrava-se em estágio avançado. No início do século, a cozinha era o centro de uma casa típica. Farinha, açúcar e alimentos básicos ficavam guardados em latas e tigelas, e das vigas pendiam réstias de cebola, ervas e carne defumada. Em fogões a lenha ou a carvão, praticamente todas as refeições eram preparadas e também se fervia a água para beber e lavar roupas. Grande parte da vida das mulheres se passava na cozinha, onde preparavam comida e faziam inúmeras outras tarefas. Em 2001, esse modo de vida tornava-se raro na Europa e em boa parte das Américas. A comida pronta, enlatada e congelada tomava conta das despensas. Fogões a gás ou elétricos e fornos de micro-ondas substituíam os antigos fogões e os estoques de carvão ou lenha. Foram mudanças extraordinárias, ocorridas rapidamente e experimentadas por cerca de metade dos lares em todo o mundo. (BLEINEY, Geoffrey. Uma Breve História do Século XX. 2 ed. São Paulo: Fundamento, 2011, p. 237).

QUESTÃO 01

De acordo com o autor do texto, analise os itens a seguir e, ao final, assinale a alternativa correta:

- I – No início do século XXI, metade dos lares já experimentavam as mudanças ocorridas.
- II – Na década de 1930, apenas banqueiros e advogados podiam viajar ao exterior.
- III – Itália e França sempre foram os destinos turísticos mais procurados.
- (A) Apenas o item I é verdadeiro.
- (B) Apenas o item II é verdadeiro.
- (C) Apenas o item III é verdadeiro.
- (D) Apenas os itens I e II são verdadeiros.
- (E) Apenas os itens II e III são verdadeiros.

QUESTÃO 02

De acordo com o autor do texto, analise os itens a seguir e, ao final, assinale a alternativa correta:

- I – No início do século XX, as mulheres passavam grande parte do tempo na cozinha.
- II – No início do século XX, as pessoas preferiam fogões elétricos.
- III – O forno de micro-ondas foi inventado no ano de 2001.
- (A) Apenas o item I é verdadeiro.
- (B) Apenas o item II é verdadeiro.
- (C) Apenas o item III é verdadeiro.
- (D) Apenas os itens II e III são verdadeiros.
- (E) Nenhum dos itens é verdadeiro.

QUESTÃO 03

A palavra “exótico”, utilizada pelo autor na linha 4 do texto, pode ser substituída por qual das palavras abaixo?

- (A) novo.
- (B) arcaico.
- (C) atrasado.
- (D) repudiante.
- (E) aviltante.

QUESTÃO 04

No que se refere à colocação pronominal, analise os itens a seguir e, ao final, assinale a alternativa correta:

I – Pedro me pediu um livro muito bom.

II – Carlos nunca me pediu um livro emprestado.

III – Foi André quem me pediu dinheiro emprestado.

- (A) Apenas o item I é verdadeiro.
- (B) Apenas o item II é verdadeiro.
- (C) Apenas o item III é verdadeiro.
- (D) Apenas os itens II e III são verdadeiros.
- (E) Todos os itens são verdadeiros.

QUESTÃO 05

No que se refere ao uso da crase, analise os itens a seguir e, ao final, assinale a alternativa correta:

I - O dinheiro foi entregue à ele.

II - Ele foi perdoado à partir do momento que pediu desculpas.

III – Refiro-me às pessoas de boa índole.

- (A) Apenas o item I é verdadeiro.
- (B) Apenas o item II é verdadeiro.
- (C) Apenas o item III é verdadeiro.
- (D) Apenas os itens I e II são verdadeiros.
- (E) Todos os itens são verdadeiros.

**MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO
LÓGICO****QUESTÃO 06**

Uma máquina produz 5.100 peças em 3 (três) horas de funcionamento. Nas mesmas condições, quanto tempo ela levaria para fabricar 11.900 peças?

- (A) 4,5 horas.
- (B) 5 horas.
- (C) 6 horas.
- (D) 7 horas.
- (E) 8 horas.

QUESTÃO 07

Se aplicarmos 60% sobre o montante de 300, teremos a quantia de:

- (A) 400.
- (B) 420.
- (C) 440.
- (D) 460.
- (E) 480.

QUESTÃO 08

Qual é o máximo divisor comum (MDC) entre 75 e 125?

- (A) 25.
- (B) 30.
- (C) 36.
- (D) 44.
- (E) 64.

QUESTÃO 09

Uma concessionária de automóveis realizou um balanço da quantidade de veículos que foram vendidos. A razão entre o número total de automóveis vendidos foi de 8 para 5. Sabendo que na concessionária foram vendidos 10 veículos, calcule a quantidade total de automóveis:

- (A) 14.
- (B) 16.
- (C) 18.
- (D) 20.
- (E) 22.

QUESTÃO 10

Um galpão foi construído por 8 (oito) trabalhadores em 30 (trinta) dias. Quantos dias seriam necessários para a construção deste mesmo galpão se fossem utilizados 12 trabalhadores?

- (A) 15 dias.
- (B) 18 dias.
- (C) 20 dias.
- (D) 22 dias.
- (E) 24 dias.

ATUALIDADES

QUESTÃO 11

No dia 03 de novembro de 2019, foi aplicada a prova do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), prova utilizada para avaliar a qualidade do ensino médio no país.

O tema abordado na redação foi:

- (A) Manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados na internet.
- (B) Caminhos para combater a intolerância religiosa no Brasil.
- (C) A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira.
- (D) Democratização do acesso ao cinema.
- (E) Publicidade infantil em questão no Brasil.

QUESTÃO 12

O Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, manifestou a sua preocupação com novo surto de doença para o próximo verão.

O surto está relacionado à(ao):

- (A) Sarampo.
- (B) Dengue.
- (C) Febre Amarela.
- (D) Poliomielite.
- (E) Rubéola.

QUESTÃO 13

No dia 13 de março de 2018, um adolescente e um homem atacaram uma escola estadual, o crime resultou na morte de cinco estudantes, duas funcionárias da escola e onze feridos, além da morte dos próprios criminosos. Momentos antes do ataque na escola, um dos assassinos matou o seu tio. Qual dos municípios abaixo foi cenário dessa tragédia?

- (A) Suzano, em São Paulo.
- (B) Medianeira, no Paraná.
- (C) Rio de Janeiro, no bairro Realengo.
- (D) São Caetano do Sul, em São Paulo.
- (E) Taiúva, em São Paulo.

QUESTÃO 14

Os Jogos Pan-Americanos de 2019, realizado na cidade de Lima, no Peru, teve os Estados Unidos da América, como o país com o maior número de medalhas.

O Brasil, por sua vez, ficou em 2º lugar, obtendo, inclusive, pela primeira vez, a medalha de ouro em um dos esportes disputados. Qual esporte foi esse?

- (A) Esqui Aquático.
- (B) Golfe.
- (C) Patinação Artística.
- (D) Tiro Esportivo.
- (E) Raquetebol.

QUESTÃO 15

O Museu Nacional, que em junho de 2018 completou 200 anos, pegou fogo no dia 02 de setembro de 2018, o incêndio destruiu grande parte do seu acervo. Em qual estado está localizado o referido museu?

- (A) São Paulo.
- (B) Rio de Janeiro.
- (C) Rio Grande do Norte.
- (D) Bahia.
- (E) Mato Grosso do Sul.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

QUESTÃO 16

Num documento Microsoft Word 2010 o atalho Ctrl + X desempenha a operação:

- (A) Copiar o texto selecionado para a área de transferência.
- (B) Recortar o texto selecionado para a área de transferência.
- (C) Colar o texto selecionado para a área de transferência.
- (D) Excluir o texto selecionado.
- (E) Desfazer a última ação.

QUESTÃO 17

Assinale a alternativa que apresenta a fórmula correta para inserir a hora atual num documento Microsoft Excel 2010:

- (A) =TEXTO(AGORA[;";HH:MM")
- (B) =TEXTO(AGORA();";HH:MM")
- (C) =TEXTO(AGORA{ };";HH:MM")
- (D) =TEXTO(AGORA;';HH:MM')
- (E) =TEXTO(AGORA(!);";HH:MM")

QUESTÃO 18

Um usuário está digitando um trabalho em um slide do PowerPoint 2010 e acidentalmente pressiona na tecla F4 do teclado.

Marque a alternativa que descreve a função desta tecla neste caso:

- (A) Desfazer.
- (B) Repetir.
- (C) Apagar.
- (D) Inserir tabela automaticamente.
- (E) Criar novo slide.

QUESTÃO 19

Analise os itens e em seguida marque a alternativa correta:

I – Google é um programa de busca na internet.

II – Google e Bing são sites de busca na internet.

III – Mozilla e Chrome são softwares de navegação na internet.

- (A) I e III são corretos.
- (B) I e II são corretos.
- (C) Apenas o II é correto.
- (D) II e III são corretos.
- (E) Apenas o III é incorreto.

QUESTÃO 20

Um usuário do Windows notou que não aparece a Barra de Tarefas em seu desktop e deseja reverter o processo para que fique novamente visível.

Marque a alternativa correta sobre como executar essa reversão:

- (A) Clique com o botão direito na barra de tarefas > Propriedades > Desmarque a opção “Ocultar automaticamente a barra de tarefas”.
- (B) Clique com o botão direito na barra de tarefas > Propriedades > marque a opção “Fixar automaticamente a barra de tarefas”.
- (C) Clique com o botão direito na barra de tarefas > Gerenciador de tarefas > Desmarque a opção “Ocultar automaticamente a barra de tarefas”.
- (D) Clique com o botão direito na barra de tarefas > Bloquear barra de tarefas > Desmarque a opção “Ocultar automaticamente a barra de tarefas”.
- (E) Clique com o botão direito na barra de tarefas > Bloquear barra de tarefas, e automaticamente ela se torna visível.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
QUESTÃO 21**

Acerca da Ação Declaratória de Constitucionalidade, analise as alternativas abaixo e em seguida indique a correta.

- (A) Não é admitida no processo a intervenção de terceiros.
- (B) Cabe recurso de apelação contra decisão que declara a constitucionalidade de lei.
- (C) Pode ser proposta por Vereador.
- (D) Proposta a ação não é admissível sua desistência.
- (E) As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal têm efeito vinculante relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário mas não à administração pública direta e indireta.

QUESTÃO 22

Considerando-se um Projeto de Lei Complementar de iniciativa de Vereador que concede aumento de remuneração aos servidores públicos da Prefeitura Municipal de Nova Odessa, analise os itens abaixo e em seguida assinale a alternativa correta:

I - É constitucional se o Vereador pertencer ao partido político do Chefe do Executivo.

II - É inconstitucional por vício formal de iniciativa.

III - Eventual vício formal de iniciativa poderá ser suprido na hipótese de sanção pelo Prefeito.

- (A) Apenas o item I está correto.
- (B) Apenas o item II está correto.
- (C) Apenas os itens II e III estão corretos.
- (D) Apenas os itens I e III estão corretos.
- (E) Nenhum item está correto.

QUESTÃO 23

Uma hipotética Proposta de alteração da Lei Orgânica do Município de Nova Odessa, atualmente com cerca de 60.000 habitantes e 9 Vereadores, prevê que a Câmara Municipal passe a ser composta por 15 Vereadores, cujos subsídios, a serem fixados em cada legislatura para a subsequente, deverão corresponder a, no máximo, quarenta por cento dos subsídios dos Deputados Estaduais, observado, ainda, que o total da despesa com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de cinco por cento da receita do Município. Tal proposta, em relação a Constituição Federal:

- (A) É constitucional.
- (B) É inconstitucional quanto ao número total de vereadores.
- (C) É inconstitucional quanto ao percentual adotado atinente ao subsídio dos Deputados Estaduais.
- (D) É inconstitucional quanto ao limite de cinco por cento da receita do Município.
- (E) É inconstitucional em todos os seus aspectos.

QUESTÃO 24

Acerca do Tribunal de Contas, considere os itens abaixo e a seguir assinale a alternativa correta:

I - As Constituições estaduais dispõe sobre os Tribunais de Contas respectivos, os quais são integrados por nove Conselheiros.

II - Parecer técnico do Tribunal de Contas sobre as contas do Poder Executivo é meramente opinativo, competindo exclusivamente à Câmara de Vereadores o julgamento das contas anuais do Chefe do Poder Executivo local.

III - É vedado ao Tribunal de Contas do Estado realizar, por iniciativa própria, inspeções e auditorias de natureza operacional.

- (A) Apenas o item I está correto.
- (B) Apenas o item II está correto.
- (C) Apenas os itens I e III estão corretos.
- (D) Apenas os itens II e III estão corretos.
- (E) Nenhum item está correto.

QUESTÃO 25

A Prefeitura deseja contratar uma empresa especializada para prestação de serviços continuados de limpeza e conservação, com disponibilização de mão de obra, materiais, equipamentos e utensílios, pelo prazo de 12 meses, com valor mensal de R\$ 14.000,00, totalizando R\$ 168.000,00 no período. Referida contratação

- (A) poderá ser realizada na modalidade "convite" e o pertinente contrato poderá ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos até sessenta meses.
- (B) deverá ser realizada na modalidade "tomada de preços" em virtude do valor global da contratação alcançar o montante de R\$ 168.000,00.
- (C) deverá ser realizada na modalidade "concorrência" devido seu valor global alcançar R\$ 840.000,00, caso a Administração pretenda prorrogar a duração do contrato por iguais e sucessivos períodos até sessenta meses.
- (D) deverá ser realizada na modalidade "Pregão Presencial" ou "Eletrônico" por se tratar de um serviço de natureza comum.
- (E) deverá ser realizada por tipo "técnica e preço" em virtude do valor total estimado.

QUESTÃO 26

O Município deseja contratar uma instituição especializada para realização de organização, planejamento e execução de concurso público para provimento de cargos de seu quadro de servidores efetivos. Tal contratação:

(A) deverá necessariamente ser realizada por licitação na modalidade Pregão Presencial ou Eletrônico, independentemente do valor estimado da contratação.

(B) deverá necessariamente ser realizada por licitação do tipo "técnica e preço".

(C) deverá necessariamente ser realizada por licitação na modalidade "tomada de preços" ou "concorrência pública", quando o valor estimado da contratação ultrapassar o limite previsto no art. 23, inciso II, alínea "a" de Lei Federal nº 8.666/1993.

(D) poderá ser realizada por dispensa de licitação, nos termos do art. 24, XIII da Lei de Licitações, em se tratando de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente de pesquisa, ensino ou desenvolvimento institucional, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos.

(E) deverá ser realizada licitação na modalidade "concurso" prevista no artigo 22, inciso IV da Lei Federal nº 8.666/1993.

QUESTÃO 27

Considere os itens abaixo, relativos ao imposto sobre serviços de qualquer natureza e a seguir assinale a alternativa correta.

I - incide sobre a prestação de serviços de transporte intramunicipal de passageiros

II - embora se trate de imposto municipal, não cabe à lei municipal fixar suas alíquotas máximas e mínimas.

III - incide sobre a prestação de serviços realizada no exterior.

(A) Apenas o item I está correto.

(B) Apenas os itens I e II estão corretos.

(C) Apenas os itens II e III estão corretos.

(D) Apenas os itens I e III estão corretos.

(E) Todos os itens estão corretos.

QUESTÃO 28

A Prefeitura deseja publicar licitação para contratação de serviços de publicidade prestados por intermédio de agências de propaganda. Desse modo referida contratação (A) poderá se dar na modalidade "Pregão Presencial" ou "Eletrônico", qualquer que seja o valor, por se tratar de serviço comum.

(B) deverá ser realizada na modalidade "tomada de preços", do tipo "menor preço" se o valor estimado da contratação for superior a R\$ 80.000,00 e inferior a R\$ 650.000,00, nos termos do artigo 23, II, alínea "b", devendo ser seguido o rito previsto na Lei Federal nº 8.666/1993.

(C) deverá ser realizada na modalidade "concorrência", do tipo "menor preço" se o valor estimado da contratação for superior a R\$ 650.000,00, nos termos do artigo 23, II, alínea "c", devendo ser seguido o rito previsto na Lei Federal nº 8.666/1993.

(D) poderá ser realizada por inexigibilidade de licitação, em se tratando de serviços especializados de natureza intelectual.

(E) deverá ser processada com o tipo "melhor técnica" ou "técnica e preço", seguindo-se o regramento específico previsto na Lei Federal nº 12.232/2010.

QUESTÃO 29

Considere os itens abaixo, relativos a consórcios públicos e a seguir assinale a alternativa correta.

I - Os entes consorciados respondem subsidiariamente pelas obrigações do consórcio público, de acordo com o tamanho de sua participação.

II - Os consórcios públicos passam a ter personalidade jurídica de direito privado somente com a vigência da legislação de ratificação do protocolo de intenções.

III- Os municípios consorciados apenas efetuam a entrega de recursos financeiros ao consórcio público por meio de contrato de rateio.

(A) Apenas o item I está correto.

(B) Apenas o item II está correto.

(C) Apenas o item III está correto.

(D) Apenas os itens I e II estão corretos.

(E) Apenas os itens II e III estão corretos.

QUESTÃO 30

Considere os itens abaixo, relativos ao Código Tributário Nacional e a jurisprudência pacífica e a seguir assinale a alternativa correta.

I - A remissão é hipótese de suspensão do crédito tributário.

II - Havendo legislação, o crédito tributário poderá ser parcelado de ofício pela Administração.

III - É constitucional lei autorizadora de protesto de certidão de dívida ativa, não caracterizando danos morais.

- (A) Apenas o item I está correto.
(B) Apenas os itens I e II estão corretos.
(C) Apenas os itens II e III estão corretos.
(D) Apenas os itens I e III estão corretos.
(E) Nenhum dos itens está correto.

QUESTÃO 31

Considere os itens abaixo, relativos a Execução Fiscal e a seguir assinale a alternativa correta.

I - A Administração, através da Fazenda Pública, poderá adjudicar os bens penhorados antes do leilão, independente da oposição de embargos pelo executado, quando existir interesse público devidamente justificado.

II - cabe exceção de pré-executividade no que se refere às matérias que podem ser conhecidas de ofício, quando desnecessária a dilação probatória.

III - se presta também à cobrança de dívida ativa da Administração Municipal Indireta.

- (A) Apenas o item I está correto.
(B) Apenas os itens I e II estão corretos.
(C) Apenas os itens II e III estão corretos.
(D) Apenas os itens I e III estão corretos.
(E) Nenhum dos itens está correto.

QUESTÃO 32

Considere os itens abaixo e a seguir assinale a alternativa correta. Segundo o art. 19 da Lei Complementar nº 101/2000, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida. No caso dos Municípios este percentual é de 60% (sessenta por cento), sendo que na verificação do atendimento deste limite, não serão computadas as despesas:

I - de indenização por demissão de servidores ou empregados.

II - relativas a incentivos à demissão voluntária.

III - com inativos, ainda que por intermédio de fundo específico, custeadas por recursos provenientes da arrecadação de contribuições dos segurados.

- (A) Apenas o item I está correto.
(B) Apenas os itens I e II estão corretos.
(C) Apenas os itens I e III estão corretos.
(D) Apenas os itens II e III estão corretos.
(E) Todos os itens estão corretos.

QUESTÃO 33

À luz da Lei Complementar nº 101/2000, o Tribunal de Contas do Estado alertará a Câmara Municipal e o Ministério Público quando constatar a seguinte situação em relação a Prefeitura, exceto:

(A) ao final do bimestre, a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais.

(B) que o montante da despesa total com pessoal ultrapassou 80% (oitenta por cento) do limite.

(C) que os montantes das dívidas consolidada e mobiliária, das operações de crédito e da concessão de garantia se encontram acima de 90% (noventa por cento) dos respectivos limites.

(D) que os gastos com inativos e pensionistas se encontram acima do limite definido em lei.

(E) fatos que comprometam os custos ou os resultados dos programas ou indícios de irregularidades na gestão orçamentária.

QUESTÃO 34

Acerca dos créditos adicionais previstos na Lei nº 4.320/64, analise os itens abaixo e em seguida assinale a alternativa correta:

I - créditos adicionais suplementares são aqueles destinados ao reforço de dotação orçamentária.

II - créditos adicionais extraordinários são aqueles destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.

III - créditos adicionais especiais são aqueles destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.

- (A) Apenas o item I está correto.
- (B) Apenas os itens I e II estão corretos.
- (C) Apenas os itens I e III estão corretos.
- (D) Apenas os itens II e III estão corretos.
- (E) Todos os itens estão corretos.

QUESTÃO 35

À luz do artigo 92 da Lei nº 4.320/64, analise os itens abaixo e em seguida assinale a alternativa correta. A dívida flutuante compreende:

I - os restos a pagar, excluídos os serviços da dívida.

II - os serviços da dívida a pagar.

III - os depósitos.

IV - os débitos de tesouraria.

- (A) Apenas os itens I, II e III estão corretos.
- (B) Apenas os itens II, III e IV estão corretos.
- (C) Apenas os itens I, III e IV estão corretos.
- (D) Apenas os itens II e III estão corretos.
- (E) Todos os itens estão corretos.

QUESTÃO 36

Segundo a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país:

(A) quarenta e cinco dias depois de oficialmente sancionada.

(B) quarenta e cinco dias depois de oficialmente promulgada.

(C) quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada.

(D) trinta dias depois de oficialmente publicada.

(E) na data de sua publicação.

QUESTÃO 37

Acerca da estruturação das leis, o art. 7º da Lei Complementar 95/98 estabelece que o primeiro artigo do texto indicará o objeto da lei e o respectivo âmbito de aplicação, observados os seguintes princípios:

I - excetuadas as consolidações, cada lei tratará de um único objeto;

II - a lei não conterà matéria estranha a seu objeto ou a este não vinculada por afinidade, pertinência ou conexão;

III - o âmbito de aplicação da lei será estabelecido de forma tão específica quanto o possibilite o conhecimento técnico ou científico da área respectiva;

IV - o mesmo assunto poderá ser disciplinado por mais de uma lei, exceto quando a subsequente se destine a complementar lei considerada básica, vinculando-se a esta por remissão expressa.

- (A) Estão corretos apenas os itens I e II.
- (B) Estão corretos apenas os itens I, II e III.
- (C) Estão corretos apenas os itens II e III.
- (D) Estão corretos apenas os itens II e IV.
- (E) Todos os itens estão corretos.

QUESTÃO 38

Segundo a Lei nº 4591/64, a iniciativa e a responsabilidade das incorporações imobiliárias caberão ao incorporador, que somente poderá ser:

I - o proprietário do terreno, o promitente comprador, o cessionário deste ou promitente cessionário com título que satisfaça os requisitos legais.

II - o construtor ou corretor de imóveis.

III - o ente da Federação imitado na posse - por exemplo o Município, a partir de decisão proferida em processo judicial de desapropriação em curso ou o cessionário deste, conforme comprovado mediante registro no registro de imóveis competente.

- (A) Apenas o item I está correto.
- (B) Apenas os itens I e II estão corretos.
- (C) Apenas os itens II e III estão corretos.
- (D) Apenas os itens I e III estão corretos.
- (E) Todos os itens estão corretos.

QUESTÃO 39

A respeito da Ação Civil Pública prevista na Lei nº 7.347/85, têm legitimidade para propor a ação principal e a ação cautelar:

I - o Ministério Público;

II - a Defensoria Pública;

III - a autarquia, empresa pública, fundação ou sociedade de economia mista;

IV - partido político com representação no Congresso Nacional;

V - confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.

- (A) Estão corretos os itens I e II.
- (B) Estão corretos os itens I, II e III.
- (C) Estão corretos os itens I, II e V.
- (D) Estão corretos os itens I, III e IV
- (E) Estão corretos os itens I, IV e V.

QUESTÃO 40

A respeito da Ação Popular prevista na Lei nº 4.717/65, considere os itens abaixo descritos e em seguida assinale a alternativa correta:

I - Caso decorridos 60 (sessenta) dias da publicação da sentença condenatória de segunda instância, sem que o autor ou terceiro promova a respectiva execução, o representante do Ministério Público a promoverá nos 30 (trinta) dias seguintes, sob pena de falta grave.

II - É sempre permitida às pessoas ou entidades legitimadas no art. 1º, ainda que hajam contestado a ação, promover, em qualquer tempo, e no que as beneficiar a execução da sentença contra os demais réus.

III - A sentença terá eficácia de coisa julgada oponível "erga omnes", exceto no caso de haver sido a ação julgada improcedente por deficiência de prova; neste caso, qualquer cidadão poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova.

- (A) Está correto apenas o item I.
- (B) Estão corretos apenas os itens I e II.
- (C) Estão corretos apenas os itens II e III.
- (D) Estão corretos apenas os itens I e III.
- (E) Todos os itens estão corretos.

QUESTÃO 41

A Ação Popular, considerando o exposto na Lei nº 4.717/65 e ressalvadas as situações excepcionais resultantes de alguns julgados:

- (A) prescreve em 1 (um) ano.
- (B) prescreve em 2 (dois) anos.
- (C) prescreve em 5 (cinco) anos.
- (D) prescreve em 10 (dez) anos.
- (E) é imprescritível.

QUESTÃO 42

A respeito da repercussão geral no Recurso Extraordinário, considerando o exposto no Novo Código de Processo Civil e ressalvadas as situações excepcionais, assinale a alternativa correta.

- (A) O relator, na análise da repercussão geral, não admitirá a manifestação de terceiros;
- (B) O reconhecimento da repercussão geral pelo relator no Supremo Tribunal Federal não implica na suspensão do processamento de outros processos pendentes que versem sobre a questão.
- (C) O interessado pode requerer, ao presidente ou ao vice-presidente do tribunal de origem, que exclua da decisão de sobrestamento e inadmita o recurso extraordinário que tenha sido interposto intempestivamente, tendo o recorrente o prazo de 5 (cinco) dias para manifestar-se sobre esse requerimento.
- (D) O recurso que tiver a repercussão geral reconhecida deverá ser julgado no prazo de 2 (dois) anos e terá preferência sobre os demais feitos, ressalvados os que envolvam réu preso e os pedidos de habeas corpus.
- (E) O interessado pode requerer, ao presidente ou ao vice-presidente do tribunal de origem, que exclua da decisão de sobrestamento e inadmita o recurso extraordinário que tenha sido interposto intempestivamente, sendo que da decisão que indeferi-lo caberá agravo de instrumento.

QUESTÃO 43

Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, constitui o crime de

- (A) Concussão.
- (B) Exação.
- (C) Corrupção passiva.
- (D) Corrupção ativa.
- (E) Condescendência criminosa.

QUESTÃO 44

Considerando a Lei nº 6.766/79 que dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano, assinale a alternativa correta:

- (A) É possível a venda ou promessa de venda de parcela de loteamento ou desmembramento ainda não registrado.
- (B) Será nula de pleno direito a cláusula de rescisão de contrato por inadimplemento do adquirente, quando o loteamento não estiver regularmente inscrito.
- (C) A Prefeitura Municipal, ainda que desatendida pelo loteador a notificação, não poderá regularizar loteamento ou desmembramento não autorizado ou executado sem observância das determinações do ato administrativo de licença.
- (D) Nas desapropriações são considerados como loteados ou loteáveis, para fins de indenização, os terrenos ainda não vendidos ou comprometidos, objeto de loteamento ou desmembramento não registrado.
- (E) O Município poderá expropriar áreas urbanas ou de expansão urbana para loteamento, demolição, reconstrução e incorporação, não existindo direito de preferência dos expropriados para a aquisição de novas unidades.

QUESTÃO 45

Segundo a Lei nº 9.394/96 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, os sistemas municipais de ensino compreendem:

- I - as instituições do ensino fundamental, médio e de educação infantil mantidas pelo Poder Público municipal;
 - II - as instituições de educação infantil criadas e mantidas pela iniciativa privada;
 - III – os órgãos municipais de educação.
- (A) Apenas o item I está correto.
 - (B) Apenas os itens I e II estão corretos.
 - (C) Apenas os itens I e III estão corretos.
 - (D) Apenas o item III está correto.
 - (E) Todos os itens estão corretos.

QUESTÃO 46

Considerando a Lei nº 12.651/2012, analise os itens abaixo e em seguida assinale a alternativa correta. O poder público municipal contará, para o estabelecimento de áreas verdes urbanas, com os seguintes instrumentos:

I - o exercício do direito de preempção para aquisição de remanescentes florestais relevantes, conforme dispõe a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001;

II - a transformação das Reservas Legais em áreas verdes nas expansões urbanas;

III - o estabelecimento de exigência de áreas verdes nos loteamentos, empreendimentos comerciais e na implantação de infraestrutura;

IV - aplicação em áreas verdes de recursos oriundos da compensação ambiental.

- (A) Apenas os itens I, II e III estão corretos.
- (B) Apenas os itens II, III e IV estão corretos.
- (C) Apenas os itens II e III estão corretos.
- (D) Apenas os itens I, III e IV estão corretos.
- (E) Todos os itens estão corretos.

QUESTÃO 47

São crimes de responsabilidade dos Prefeitos, previstos no art. 1º do Decreto-Lei nº 201/67 e sujeitos ao julgamento do Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento da Câmara dos Vereadores:

I - empregar subvenções, auxílios, empréstimos ou recursos de qualquer natureza, em desacordo com os planos ou programas a que se destinam;

II - deixar de prestar contas anuais da administração financeira do Município a Câmara de Vereadores, ou ao órgão que a Constituição do Estado indicar, nos prazos e condições estabelecidos;

III - ausentar-se do Município, por tempo superior ao permitido em lei, ou afastar-se da Prefeitura, sem autorização da Câmara dos Vereadores;

- (A) Apenas o item I está correto.
- (B) Apenas os itens I e II estão corretos.
- (C) Apenas os itens I e III estão corretos.
- (D) Apenas o item III está correto.
- (E) Nenhum dos itens está correto.

QUESTÃO 48

Acerca da prestação regionalizada e serviços públicos de saneamento básico, considerando as disposições da Lei nº 11.445/2007, assinale a alternativa correta:

(A) A prestação regionalizada de serviços públicos de saneamento básico é caracterizada por, dentre outras, a heterogeneidade de fiscalização e regulação dos serviços, inclusive de sua remuneração;

(B) A prestação regionalizada de serviços públicos de saneamento básico poderá ser realizada por fundação de direito privado, na forma da legislação;

(C) Na prestação regionalizada de serviços públicos de saneamento básico, as atividades de regulação e fiscalização poderão ser exercidas por empresa a que se tenham concedido os serviços.

(D) O serviço regionalizado de saneamento básico poderá obedecer a plano de saneamento básico elaborado para o conjunto de Municípios atendidos.

(E) Os prestadores que atuem em mais de um Município ou que prestem serviços públicos de saneamento básico diferentes em um mesmo Município deverão manter sistema contábil que permita registrar conjuntamente os custos e as receitas dos serviços dos Municípios atendidos.

QUESTÃO 49

Incitar, publicamente, a prática de crime constitui o crime previsto no artigo 286 do Código Penal, isto é:

- (A) Incitação ao crime.
- (B) Apologia ao crime.
- (C) Instigação criminosa.
- (D) Condescendência criminosa.
- (E) Associação criminosa.

QUESTÃO 50

Falsificar recibo, guia, alvará ou qualquer outro documento relativo a arrecadação de rendas públicas constitui o crime previsto no artigo 293 do Código Penal, isto é:

- (A) Falsificação de selo ou sinal público.
- (B) Falsificação de documento público.
- (C) Falsificação de papéis públicos.
- (D) Falsidade ideológica.
- (E) Crime assimilado ao de moeda falsa.

PROVA DISCURSIVA

ENUNCIADO

O Município Alfa deflagrou licitação na modalidade Concorrência Pública para contratação de empresa especializada na execução de obra de construção de Escola no Bairro X, com orçamento em fase interna estimado em R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais).

Prosseguindo a licitação pública, após a fase habilitatória, foram abertos os envelopes de preços das empresas participantes, oportunidade em que a pessoa jurídica Construtora Beta 123 Ltda. figurou com o menor preço ofertado, em R\$ 4.100.000,00 (quatro milhões e cem mil reais).

Quando o processo licitatório foi encaminhado à homologação pelo Prefeito Municipal, este expôs que, durante os trâmites da licitação pública em epígrafe, foi concluído estudo técnico elaborado por equipe multidisciplinar e em cooperação com órgãos estaduais no sentido de que, embora o Bairro X detivesse demanda, o Bairro Y possui mais urgente necessidade, com dimensões e características próprias.

Desse modo, considerando que o orçamento municipal apenas suportaria uma obra para os próximos anos, foi avaliada a potencial revogação da licitação pública em epígrafe, para que fosse reprojeta e relicitada a construção de escola, passando a se adequar às necessidades do Bairro Y.

Diante da possibilidade de se desfazer o certame, foi dada oportunidade de exercício do contraditório pelas licitantes, o que foi sucedido por decisão administrativa que deliberou pela revogação do certame.

A sociedade empresária Construtora Beta 123 Ltda., irresignada, impetrou mandado de segurança, alegando em juízo que teve

ceifada, indevidamente, sua oportunidade de vitória na licitação pública em apreço, pois não seria possível que o órgão público, *a posteriori*, modificasse o trâmite ordinário da licitação, ao qual estava vinculado. Sustenta que, mediante perícia, será possível apurar maior pertinência da construção da escola no Bairro X, ao invés de no novo bairro proposto. Pede ao Juiz, então, que anule o ato revogatório do Prefeito Municipal e adjudique o objeto da licitação à Impetrante, para que o execute pelo preço de sua proposta. Subsidiariamente, pede apuração pericial sobre os lucros que seriam advindos da regular execução do contrato e, então, a condenação do Município em reparar os lucros cessantes.

Aponta como autoridade coatora o Prefeito Municipal e dá à causa o valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais). O processo foi distribuído à 8ª Vara da Fazenda Pública do Foro da Comarca de Alfa.

Na condição de Procurador do Município Alfa, adote a medida processual adequada diante do pedido autoral na representação da autoridade coatora, enfrentando todos os argumentos apresentados no mandado de segurança, mediante a exposição dos fundamentos fáticos e jurídicos pertinentes.

Considerando o enunciado acima estabelecido e o descrito no Capítulo 10 do Edital, elabore uma peça prático-profissional manuscrita, com número mínimo de 20 (vinte) e máximo de 120 (cento e vinte) linhas. A Prova Discursiva deverá ser manuscrita de forma legível, sendo obrigatório o uso de caneta esferográfica de tinta azul ou preta.

Atenção – a presente folha trata-se de rascunho - a peça prático-profissional deverá ser elaborada na folha de texto definitiva, entregue pelo Fiscal de Sala.

